

O CAPITAL, O ESTADO E O TERCEIRO SETOR

Thiago Alves Moreira Nascimento
Renata Leite Moura

Eixo Temático:Inclusão social, gestão participativa e reprodução do capital.

RESUMO: O presente texto é um esboço de uma proposta de pesquisa, apoiada em estudos anteriores que tratam de temática semelhante e por nós realizados, amparados em autores marxistas e no próprio Marx. Pretende tratar, preliminarmente, das relações do terceiro setor com a crise estrutural do capital. Para tal, iniciaremos a discussão falando brevemente de Estado, seguido da crise estrutural e, por fim, da funcionalidade que o terceiro setor apresenta na tentativa de superação da crise pelo capital em sua sociabilidade.

Frequentemente, ouvimos falar que o Estado é neutro e que, nesta forma de sociabilidade, ele assume uma postura de mediador dos conflitos entre as classes sociais. Porém, o Estado tem sua gênese na defesa dos interesses das classes dominantes.

Atualmente, o Estado, na sociedade capitalista, encontra-se em poder da burguesia. Ou seja, o Estado capitalista defende os “direitos” burgueses de exploração, apropriação e lucro. Frequentemente, diferentes setores da burguesia se chocam, na busca de abocanhar o máximo possível do “bolo” (o mercado, o lucro). Neste momento, o Estado se porta como um conciliador, para manter a burguesia sempre unida, pois fragmentar-se significa tornar-se alvo fácil para uma eventual investida do movimento operário.

O capital, de tempos em tempos, alterna crises com períodos “de ouro”, ou seja, de grande acumulação. Quando a economia vai bem, as contradições entre os diversos setores da burguesia diminuem, época em que até podem abrir concessões à classe trabalhadora, como no caso do *welfare state*, período onde a classe trabalhadora conseguiu um expressivo número de conquistas no campo das questões sociais e trabalhistas. Entretanto, quando a economia e o lucro atravessam baixa, o Estado intervém com o objetivo de transferir os efeitos da crise à classe trabalhadora, novamente mostrando a função do Estado de dirigir o conjunto da sociedade de acordo com os interesses da classe dominante.

A dificuldade da classe trabalhadora em reagir a tais mandos e desmandos está nas formas em que o Estado se legitima: convencimento, ou seja, tentando conseguir certo consenso de que seu poder é exercido para o bem de todos; e por meios de dissuasão, ou, explicando melhor, por formas de mostrar para a sociedade que não é vantajoso contestar o poder, com ameaça de retaliação, seja por que meios dispor, usando inclusive (e constantemente) a força repressiva (daí a necessidade do Estado manter um aparato mantenedor da ordem vigente, como a polícia e as forças armadas). É mais tranqüilo para o Estado (ou para o capital) se legitimar pelo convencimento. Para isso, ele se vale da falsa impressão de que foi escolhido por todos, se vale também da cooptação de certos setores das classes subordinadas e de classes sociais através de políticas assistencialista e da dominação ideológica. Solidariedade e cidadania são só exemplos de como o capital, através do Estado, desarticula o movimento operário com verdadeiros “contos para boi dormir”. Principalmente, neste momento em qual a sociedade capitalista se encontra, podemos até reverter um ditado popular para, em se tratando do sistema capitalista, dizer: depois da bonança, vem sempre a tempestade.

A crise estrutural

O capital, como já antes citado, atravessa por uma crise sem precedentes. Nas palavras de Mészáros:

Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado (2000 p. 7).

Postula ainda, Mészáros que, diferentemente das crises anteriores, o capital atravessa, atualmente, uma crise estrutural. Após um período bastante expressivo em acumulação de capitais, ocorrido durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, a partir dos anos 1970, o capital começou a dar sinais evidentes da crise, como a queda da taxa de lucro, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista de produção, a hipertrofia da esfera financeira, a crise do Estado de bem-estar social, o acirramento das lutas de classe e a conseqüente elevação dos custos de produção.

Imerso em tão severa crise, como resposta, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político, resultando, para citar o

produto mais expressivo, no neoliberalismo. Como é do método capitalista, a crise sempre é repassada à classe trabalhadora, que tem que arcar com tudo. Em outras palavras, o capital, para continuar reproduzindo-se, não é possível abrir mão do desemprego, do emprego precário, da negação de quaisquer direitos trabalhistas, entre outras formas. Se, ao longo da história, a organização dos trabalhadores foi capaz de conquistar importantes concessões, como a regulamentação do tempo de trabalho, direitos trabalhista etc. hoje, é impensável ao capital, dadas as condições da crise, permitir tais concessões.

Toda esta atual configuração faz com que este sistema lance mão de um conjunto de estratégias econômico-políticas com o objetivo de retomar as altas taxas de acumulação já em estado preocupantemente comprometido a partir da década de 1970. Evidencia-se, mais do que anteriormente, a manipulação ideológica das consciências e a ofensiva às organizações sindicais combativas, uma ameaça aos interesses do sistema. O produto de tais medidas faz com que o exército industrial de reserva cresça cada vez mais, com ajuda significativa do desemprego crônico. O intenso processo de reestruturação da produção e trabalho, bem como o "ajustamento" da força de trabalho são mais do que convenientes ao sistema: são imprescindíveis. Contudo, tais medidas, por mais que necessárias do ponto de vista do capital surtem um efeito colateral que põe em ameaça a própria existência do sistema: o aumento descomunal do exército industrial de reserva, tornando-o uma massa extremamente instável e que necessita seriamente de atenção (do ponto de vista do controle). Para que o exército não venha a "explodir", ameaçando assim a governabilidade, o Estado começa a lançar uma série de medidas, sejam elas repressivas, legais ou "humanitárias", enquanto enceta um aparente "afastamento" da oferta das questões sociais, a tese do estado mínimo¹.

Em decorrência disto, ocorrem profundas transformações no mundo do trabalho, como a desproletarização do trabalho industrial nos países de capitalismo avançado, bem como em áreas industrializadas dos países periféricos do capital e a subproletarização intensificada (a terceirização, por exemplo, que se inclui nessa subproletarização por ser um trabalho em tempo parcial ou com um contrato extremamente flexibilizado, uma subcontratação), traduzindo-se na redução da classe operária industrial tradicional. A conseqüência vai além desta redução, acarretando um processo de "heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora"

¹ Tal afastamento, segundo esclarece Costa (2002: 106) é *na verdade desigual e em grande parte só aparente*, uma vez que o Estado mantém-se visivelmente presente na defesa dos interesses do capital.

(Antunes: 1995; 42). Em suma, a crise estrutural do capital é tão somente o próprio tentando transpor suas limitações intransponíveis, chegando finalmente ao cume do vulcão que foi o seu desenvolvimento e, não tendo mais para onde prosseguir, precipitando-se na cratera que são suas contradições.

O capital, na tentativa de continuar se reproduzindo, não pode mais se dar ao luxo de agir veladamente e/ou discretamente, atacando de frente a classe trabalhadora, procurando não mais lhe fazer concessões, baixando o nível dos salários, flexibilizando os contratos, retirando direitos historicamente conquistados, tudo em busca de retomar o crescimento econômico e a acumulação. Se, no decorrer da história, os trabalhadores mobilizaram-se e realizaram importantes conquistas, como estabilidade de emprego, regulamentação do tempo de trabalho e etc., hoje, nos marcos desse sistema desesperado pela superação de sua crise, tais conquistas entram em um processo de retração e as lutas passam a se constituir impensáveis para o sistema.

O terceiro setor e o capital

A partir da crise, o capital monopolista, orientado pelos preceitos neoliberais, procura, através de diversos métodos, re-instrumentalizar sujeitos, instituições, práticas, valores.

Aqui, voltamos a citar o fato de que ao Estado é melhor passar a sensação de “legitimado” a ter que se “legitimar” à força, para que possamos compreender como o controle ideológico parece amenizar muito as questões do *desemprego estrutural crônico*, do *esvaziamento* da já curta gama de dispositivos de proteção legais do trabalhador, a precarização do trabalho etc. Toda a retirada do Estado da responsabilidade social, as reformas claramente voltadas aos interesses das elites e outra série de ações que não contam com muita discricção em sua realização, fazem com que o Estado recorra a “(...) mecanismos pseudocompensadores, ideológicos, que impeçam a clara identificação das causas das mazelas das populações” (Montaño, 2003: p. 232).

Essa estratégia é muito complexa, porém, clara e explícita. “Consiste em *instrumentalizar* diversas questões, torná-las *meios* para estes fins, em fazê-las *funcionais* aos objetivos neoliberais” (ibidem).

Quanto à *instrumentalização*, tende-se a fazer isso com os sindicatos, desarticulando-os em frações, tornando-os uma organização “engajada” com a empresa,

a fazer com o trabalhador – a *instrumentalização da máquina-ferramenta por controle numérico* (o robô) – desapropriando o trabalhador ainda mais do conhecimento do processo produtivo e ainda substituindo ainda mais a força de trabalho por maquinaria, aumentando cada vez mais o exército industrial de reserva. Temos também o processo de *instrumentalização* de valores sociais, onde utilizam-se palavras bem aceitas pela população, trazendo uma falsa impressão para a classe trabalhadora de que seus direitos estão sendo efetivados (vide o caso da *cidadania*), conseqüentemente, diminuindo o poder de luta dos mesmos. Essa instrumentalização vai além, pois o capital tenta efetivá-lo em um conjunto de valores, práticas, sujeitos e instâncias, tornando a classe trabalhadora mais dócil e desmobilizada.

Portanto, já começamos aí a identificar a funcionalidade do terceiro setor para com o projeto neoliberal, que é torná-lo instrumento para:

a) *Justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social e desresponsabilização do Estado na intervenção social.*

Com o terceiro setor atuando ideologicamente na “necessidade” de “compensar”, “substituir” ou “remediar” a negligência do Estado, seja por precarização ou por se retirar completamente das questões sociais, a população tende a aceitar melhor tal retirada, porque, de certo modo, as ONGs assumiram funções que eram, anteriormente, de responsabilidade estatal, o que permitiu que os governos nacionais operassem a redução do estado de bem-estar social para a população. As *perdas* dos direitos universais então são substituídas pela sensação de *ganhos* nas atividades desenvolvidas pelo conjunto dos *atores sociais do terceiro setor*. Há uma inversão: conquistas históricas perdidas são convertidas em uma “nova conquista” de uma atividade (supostamente) verdadeiramente solidária.

O terceiro setor aqui faz um grande favor ao capital pois, se o *welfare state* era necessário àquela época, era igualmente contraditório, pois eram, mesmo que de forma subordinada, funcionais à consolidação de demandas trabalhistas por direitos sociais. Se ela operava em favor da acumulação de capitais, também confirmava as conquistas dos trabalhadores.

Faz-se mister chamar a atenção para o aparente *afastamento* do Estado: o mesmo afasta-se apenas aparentemente, pois se afasta *parcialmente* da intervenção

social, mas age como *subsidiador e promotor dos processo ideológico, legal e financeiro de “transferência” da ação social para o terceiro setor*. Com a ajuda do forte e agressivo marketing, somos levados a pensar que, por exemplo, o projeto “Amigos da Escola” está realmente prestando uma importante contribuição à educação. Que ser voluntário é o que há de mais moderno no “cidadão”, e que exercer a cidadania desta forma é ajudar imediatamente ao próximo.

b) *Desonerar o capital da responsabilidade de co-financiar as respostas às refrações da “questão social” mediante políticas sociais estatais.*

Após passar a estimular as ações do terceiro setor, o Estado se vê desobrigado de co-financiar as políticas públicas sociais estatais, ou seja, passa-se de uma solidariedade sistêmica, a conseguida através de impostose outras contribuições compulsórias e diferenciadas, para uma solidariedade individual e voluntária, da auto-ajuda, papel do cidadão, e não do Estado.

c) *Despolitizar os conflitos sociais dissipando-os e pulverizando-os, e transformar as “lutas contra a reforma do Estado” em “parceria com o Estado”.*

Através da instrumentalização da relação Estado/sociedade civil, convertem-se as *lutas sociais* em *parcerias* com o Estado e em *articulação* com a filantropia empresarial, na busca do “melhor possível”. Os confrontos *contra* o sistema seriam convertidos por meio de mecanismos institucionais para confrontos *dentro* do sistema, deixando para o povo a participação no terceiro setor, enquanto o Estado ficaria só para o capital.

d) *Criar a cultura/ideologia do “possibilismo”.*

Uma campanha de descrédito ao ideário/projeto socialista de sociedade, que é amplamente pregado como uma experiência fracassada, leva a uma desconfiança na intervenção estatal nas seqüelas da “questão social” que aflige a população.

As instituições democráticas/estatais ou classistas caem em descrédito, restando a auto-ajuda, o solidarismo e até a ajuda divina. Combater o neoliberalismo, o capital, a “globalização” caem na categoria de “rebeldia sem causa” de pessoas que tinham o Estado como centro: o socialismo e a social-democracia.

Prega-se a atual sociedade como imutável, então, resta às pessoas ansiosas por mudar o mundo, *mudar o que é possível dentro desta sociedade*. Resta humanizar o capital.

e) *Reduzir os impactos (negativos ao sistema) do aumento do desemprego.*

O terceiro setor participa na causa do desemprego como um setor que absorve trabalho, diminuindo o desemprego, pois as ONGs, mais do que organizações de ajuda à comunidade, têm se transformado em cabide de empregos, voltando-se fundamentalmente para seus membros, pois, para cada 100 dólares gastos nos projetos de desenvolvimento social realizados pelas ONGs, somente cerca de 15 a 20 dólares chegam aos beneficiários finais², fazendo-nos presumir que o restante é destinado aos salários.

f) *A localização e trivialização da “questão social” e a auto-responsabilização pelas respostas às suas seqüelas.*

Transfere-se o sistema de solidariedade universal para o sistema de solidariedade individual. O que era de responsabilidade do conjunto da sociedade passa a ser de (auto) responsabilidade dos mesmos. O que era direito passa a ser filantropia, concessão.

As ações do terceiro setor são de uma importância fundamental no processo de retração do Estado de bem-estar social, pois propagam a ideologia do voluntariado, apelando aos sentimentos de auto-ajuda e de compaixão. A falsa impressão de que a sociedade está melhorando reside na boa vontade com que muitas pessoas entram no voluntariado, mas este fato só ajuda a mascarar ainda mais as seqüelas sociais que vão se acirrando aa cada dia. O “santificado setor” tem uma aceitação muito melhor do que o “satânico Estado”, de quem, graças à manipulação ideológica, não se espera mais nada, em se tratando de políticas sociais. Cabe aqui falar que as pessoas ainda são, desde que nascem, ensinadas a pensar *com* o capital, e não *contra* ele. Sendo assim, o fato do Estado continuar *legítimo*, mesmo com este processo de *satanização*, torna-se mais fácil de compreender.

As debilidades do terceiro setor

²James Petras, *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau, Furb, 1999. Col. Sociedade e Ambiente, n° 3. (C. f.)

Vários organismos financeiros internacionais, não desinteressadamente, financiam vários grupos e projetos do chamado terceiro setor, ou a sociedade civil organizada. Associações, fundações e ONGs, dentre outros, assumem um papel que antes era do Estado (primeiro setor) e que a iniciativa privada (segundo setor) não poder ofertar sem uma contrapartida, ou seja, sem receber nada em troca. A sociedade civil organizada, então, preencheria uma lacuna deixada pelos dois outros setores, na oferta de direitos sociais e na busca da “cidadania”, pregando-a como solução para a eliminação dos problemas sociais. Pondo assim, esta sociedade, onde todos são iguais e irmãos, leva as pessoas a serem “solidárias”, ajudarem ao seu semelhante, agindo justamente no ponto em que a crise necessita: nas políticas de controle da pobreza e, mais ainda, representando uma maior economia nos cofres públicos, bem como na retração da oferta dos direitos públicos essenciais por parte do Estado, em uma verdadeira terceirização dos serviços públicos.

A ação do terceiro setor implica ainda em outras conseqüências, tal como o avanço do voluntariado e o conseqüente binômio extinção de postos de trabalho/precarização dos serviços, dentre outras. Também servem como forma de apaziguar, de controlar a população pobre, através de ações assistencialistas e foquistas nos bolsões de pobreza, sem falar que esse conceito de *terceiro setor* desconsidera contradições internas na sociedade civil, pondo ricos e pobres, opressores e oprimidos, patrões e trabalhadores em um mesmo saco. Sintetizando, são um instrumento muito útil para a inserção e fixação de políticas neoliberais como, por exemplo, para subsidiar o aparente “afastamento” do Estado, precarizar o trabalho, desarticular a classe trabalhadora e implementar planos de órgãos internacionais a um preço bem mais em conta, no plano de recuperação do capital. É matar um só coelho com duas cajadadas!

Além de neopositivista, estruturalista, funcionalista e liberal, o conceito de terceiro setor apresenta clara falta de rigor teórico e se distancia ideologicamente da realidade social. A primeira debilidade é a já citada ordem dos setores (Montaño, 2003). Há uma clara primazia histórica da sociedade civil sobre as demais esferas. Sendo assim, o terceiro setor é, na verdade, o primeiro. Esta é a *primeira grande debilidade conceitual*.

A segunda debilidade teórica tange em *quais entidades o compõem*. Em 1998, na Argentina, foi realizado o IV Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor. Ali ficou definido que as organizações do terceiro setor são aquelas que são: *privadas, não-*

governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas, de associação voluntária. Mesmo com tal encontro, não houve acordo sobre quais as organizações e entidades que compõem o terceiro setor, sendo que os teóricos discordam em pontos como sindicatos, organizações empresarias, movimentos políticos insurgentes, por exemplo, que, ora são incluídos, ora são excluídos de tal conceito.

Com a falta de rigor na caracterização deste setor, resta a dúvida: os movimentos de luta classistas são englobados nesta categoria? E os movimentos ditos “violentos” ou insurrecionais de massa (piquetes em fábricas, greves com ocupação de prédios públicos, queimadas de ônibus) e as lutas civis, fazem parte do mesmo? Uma greve como a ocorrida na UECE, no primeiro semestre de 2005, seria considerada pertencente ao terceiro setor? Nem assim há acordo. Embora pareça simples pensar que o que não é nem Estado, nem iniciativa privada deve ser terceiro setor, não o é. Alguns autores chegam inclusive a expressar claramente que o terceiro setor seria composto somente de movimentações pacíficas, pondo em uma espécie de limbo as manifestações de enfrentamento e ações que vão “contra a ordem pública”.

A terceira debilidade citada pelo autor é de que o terceiro setor é *um conceito que antes confunde do que esclarece.* Segundo os autores citados pelo mesmo, algumas destas categorias integrariam o terceiro setor: as organizações não-governamentais (ONGs), as organizações sem fins lucrativos (OSFL), as organizações da sociedade civil (OSC), as instituições filantrópicas, as associações de moradores ou comunitárias, as associações profissionais ou categoriais, os clubes, as instituições culturais, as instituições religiosas, dentre tantos outros exemplos.

A quarta debilidade do termo diz respeito ao caráter “não-governamental”, “não-lucrativo” enquanto características deste setor. No caso das ONGs, a debilidade se encontra no fato das mesmas serem contratadas pelo Estado (por meio de *parcerias*) ou por entidades de caráter governamental, para oferecer, de forma *terceirizada*, as funções que são do Estado. E as ONGs têm uma vida estritamente atrelada ao Estado: pelo simples fato do Estado efetivar uma tarefa *seletiva* de ONGs “parceiras”, determina o fim de umas e a existência prolongada de outras, dentro e a partir da *política governamental*. E a “não-governabilidade” e a “autogovernabilidade” caem por terra quando o Estado encarrega certas ONGs de atividades terceirizadas, sendo que este discurso serve apenas para encobrir o fato de estarem *integradas* tendencialmente à *política de governo*.

Em tempo: o termo “terceiro setor” não consegue, de fato, um consenso mo que tange sobre a sua origem e sobre as suas características. Segundo Montañó, tal dissenso tem sua origem no fato de que é um conceito ideológico que não dimana da realidade social, e, portanto, que parte de uma análise fenomênica da realidade social.

Outro caso é o da “não-lucratividade”. É bastante claro que grandes grupos empresariais embarcam no terceiro setor por questões puramente econômicas, como a isenção de impostos ou a melhora da imagem de seus produtos. A filantropia social prestada pelo terceiro setor tem ainda outro aspecto que merece ser reforçado: leva a imagem da empresa que a financia como uma empresa preocupada com o bem-estar, solidária ou algo semelhante, fazendo com que as pessoas simpatizem com tal empresa que, não raramente demite funcionários ou corta gastos sem hesitar, quando a situação assim exige, sem mencionar ainda o fato de que, muitas vezes, é também muito lucrativo manter uma organização do terceiro setor.

Utilizando-se de rostos conhecidos, de pessoas maioria das vezes bem-intencionadas, e com uma penetração evidente em comunidades, as ONGs oferecem uma lista infindável de ações que não representam qualquer possibilidade de eliminação das conseqüências sociais próprias do sistema do capital (desemprego, falta de saúde etc.). Então, não é difícil de encontrar alguma ONG, fundação ou associação mantida por alguma grande empresa em uma área de risco na qual possa estar situada ou na vizinhança, sob a bandeira da “responsabilidade social” e com a vantagem das isenções fiscais e de uma área de potenciais negócios lucrativos.

É também importante colocar que a estratégia de assistencialismo desse terceiro setor (ou terceira via³) é mais um dos becos sem saída que o capital prega como alternativa. Mesmo que alguns desses serviços prestados alcancem seus objetivos, devemos salientar que são ações extremamente localizadas que só transformam aquela micro-realidade em particular, e de uma forma que, efetivamente, não transforma nem a condição social das vidas contempladas por tais ações. Não há uma transformação social, o que mostra que esse assistencialismo é tão dispensável quanto o eleitoralismo. Agindo *dentro* do capital, e não *contra* ele, o terceiro setor abre mão da perspectiva de luta para se tornar apenas a canalização de forças da classe trabalhadora, servindo aos

³ A sociedade civil, o Estado e o Mercado agindo juntos – por um sistema fora do capitalismo e do socialismo – por isso o nome de terceira via. Essa idéia passa a impressão de que a sociedade já é justa, ela só precisa ser *mais* justa, ou seja, simplesmente consiste em tentar o humanizar o “inumanizável” capital.

interesses do capital. A História prova, através dos tempos e das tentativas de contorno às crises do capital que não existe perspectiva de mudança da sociedade sem a luta pelo poder por parte da classe trabalhadora.

Considerando tudo o que já foi exposto, podemos elaborar a seguinte afirmação: o terceiro setor é de importância estratégica para o capital em crise, ao desviar a luta revolucionária para uma luta *evolucionária* (já que muitos intelectuais orgânicos do capital defendem que não estamos mais no capitalismo, e sim em uma evolução desta sociabilidade para uma outra “mais justa”), uma mudança de curto prazo e tão somente, impossibilitando que a classe trabalhadora consiga se mobilizar e lutar, verdadeiramente, por uma vida *plena de sentidos*.

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.

MÉSZÁROS, I. – **O Século XXI: Socialismo ou barbárie?**. São Paulo, Boitempo, 2003.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e a questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. – 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003

PETRAS, J. **Uma Crítica Marxista Dos Pós-Marxistas.** Em *links*, # 9, novembro 1997 - fevereiro 1998 Site: www.nucleomarxista.org/criticamarx.htm